

Karl Heinrich Marx, Spinoza,
*Tratado Teológico-Político*¹²³,
dito “Caderno Spinoza”, Berlim, 1841

Cap. VI. De miraculis.....	1
Cap. XIV. Quid sit fides.....	3
Cap. XV. De ratione et theologia.....	4
Cap. XX. De libertate docendi.....	5
Cap. XIX. Jus circa sacra.....	7
Cap. XVIII. Dogm. Politica ex republ. Hebr.	7
Cap. XVII. De republica hebraeorum.....	8
Cap. XVI. Fundamenta reipublicae	9
Cap. VII. De interpretatione scripturae.....	11
Cap. VIII. De origine Pentateuchi etc.....	11
Cap. IX. De Esra bibl. coli, et notis marg.	12
Cap. X. De reliquis libris	12
Cap. XI. De apostolor, auctoritate in epist.	13
Cap. XII. De scriptura sacra et vero verbo dei	13
Cap. XIII. Simplicitas script, sacr. ad prax	13
Cap. I. De prophetia.....	13
Cap. II. De prophetis.....	15
Cap. III. De dono prophetico Hebraeorum.....	16
Cap. IV. De lege divina.....	16
Cap. V. De ceremoniis et fide historiarum.....	16 ⁴

1 Esta tradução, por Rodrigo Nunes e José Francisco Andrade Alvarenga, foi realizada com base na MEGA Marx/Engels Gesamtausgabe, IV, Abteilung, Band I, *Exzerpte und Notizen bis 1842*. Dietz Verlag, Berlim, 1976.

2 Marx utilizou a edição de Heinrich Eduard *Gottlieb Paulus da Opera Quae Supersunt Omnia* de Spinoza publicada em 1802-1803.

3 Marx atribui a si mesmo a autoria do *Tratado Teológico-Político* ao invés de atribuí-la à Spinoza.

4 A numeração presente neste índice refere-se à numeração presente nos manuscritos.

Capítulo VI. Dos Milagres

[1] Julgam por isso que nada possa com mais clareza provar a existência de Deus, que quando a natureza, segundo supõem, deixa de seguir sua ordem.

[2] Julgam naturalmente que Deus de modo algum age quando a natureza pela ordem habitual segue a sua lei, e, ao contrário, que Deus age quando a potência da natureza e as causas naturais estão ociosas.

[3] O vulgo chama, desta forma, os milagres de a obra insólita da natureza.

[4] É evidente que o vulgo é incapaz de adorar a Deus e só pode referir todas as coisas a seu domínio e a sua vontade a não ser suprimindo as causas naturais e imaginando façanhas fora da ordem da natureza, e não adora mais a potência de Deus a não ser enquanto a imagina como que a subjugar a potência da natureza.

[5] De quanta estultícia não se arroga para si o vulgo, que não tem de Deus nem da natureza algum conceito sóbrio, que confunde as volições de Deus com as volições dos homens e que por fim imagina a tal ponto a natureza limitada que crê ser o homem a sua parte principal.

[6] Se acontecesse, por conseguinte, na natureza alguma coisa que repugnasse às suas leis universais, repugnaria necessariamente também aos decretos, ao intelecto e à natureza divina; ou então, se por ventura estatuisse que Deus faz alguma coisa contrária as leis da natureza, seria, além disso, obrigado a estatuir ao mesmo tempo que Deus age contra a sua natureza, o que é um absurdo.

[7] Desta maneira, em virtude de que na natureza nada acontece que não se siga pelas suas leis, que as suas leis se estendem a tudo o que é concebido pelo próprio intelecto divino, e, finalmente, que a natureza segue uma ordem fixa e imutável; conclui-se muito claramente que a palavra milagre não pode ser compreendida a não ser que relativamente às opiniões dos homens, e não significa outra coisa que não um fato cuja causa natural não podemos explicar pelo exemplo de outra coisa costumeira, ou pelo menos não pode explicar aquele que escreve ou narra o milagre.

[8] Embora a existência de Deus não seja evidente por si mesma, ela deve ser deduzida por meio de noções cuja verdade seja de tal forma firme e inabalável que nenhuma potência possa ser apresentada nem ser concebida capaz de modificá-las.

[9] mas de um fato que supera de modo absoluto o nosso poder de compreensão, nada podemos conhecer. Com efeito, tudo o que conhecemos clara e distintamente [isso para si ou para outro, pelo fato de ser conhecida clara e

distintamente]⁵ deve se tornar conhecido. Por isso, por milagre, ou seja, um fato que supera o nosso poder de compreensão, não podemos conhecer nem a essência, nem a existência de Deus, nem podemos conhecer alguma coisa de Deus e da natureza de modo absoluto, mas ao contrário, como sabemos que todas as coisas são determinadas e ordenadas por Deus, e que as obras da natureza seguem da essência divina, e que as leis são verdadeiramente eternos decretos e volições de Deus, será concluído de modo absoluto [etc]⁶.

[10] *Dizem puros e simples disparates* aqueles que, ignorando alguma coisa, apelam à vontade de Deus; *é uma maneira perfeitamente ridícula de confessar a própria ignorância*⁷.

[11] Ora, ainda que *pudéssemos concluir alguma coisa por meio dos milagres, de nenhum modo se poderia concluir a existência de Deus*. Com efeito, *uma vez que o milagre é apenas uma coisa limitada* e nunca exprime a não ser uma potência determinada e limitada, *é evidente que não podemos concluir por meio de um tal efeito a existência de uma coisa cuja potência seja infinita; mas quando muito de uma coisa cuja potência seja maior*. Digo quando muito porque do concurso de muitas causas pode se seguir também um efeito cuja força e potência sejam, certamente, menores do que a potência de todas as causas juntas, mas com uma potência longamente maior do que cada uma delas.

[12] Não reconheço aqui *alguma diferença entre um fato antinatural e um fato sobrenatural* [...]. Com efeito, como um milagre não acontece fora da natureza, mas na própria natureza, ainda que seja estabelecido o sobrenatural, é necessário, contudo, que ele interrompa a ordem da natureza.

[13] que não procuram que a natureza os obedeça, mas, ao contrário, que eles obedeçam à própria natureza; visto que sabem que Deus dirige a natureza conforme as leis universais, não conforme o que exigem as leis particulares da natureza humana, que, por isso mesmo, Deus não tem consideração só pelo gênero humano, mas por toda a natureza.

[14] Segue claramente que os milagres também podem ser feitos por falsos profetas, e que se os homens não são bem munidos do verdadeiro conhecimento e amor de Deus, podem louvar facilmente do mesmo modo Este e os falsos profetas.

5 Inserção de Marx.

6 Marx interrompe o raciocínio de Spinoza.

7 Todos os itálicos presentes neste texto são de Marx.

[15] Por isso os judeus e todos os que conheceram a providência de Deus a partir do diferente estado das coisas humanas e pela desigual fortuna dos homens persuadiram-se de que eles foram mais amados por Deus do que os restantes, ainda que não tivessem superado os outros na verdadeira perfeição humana.

[16] Mas, embora eu diga que a Escritura ensina, não entendo, contudo, que esta seja ensinada como um modelo necessário para a salvação. Quanto a isto, os profetas compreenderam do mesmo modo que nós empregamos: cada um é livre para pensar o que será melhor para si para sustentar o culto de Deus e a religião.



Primeira página do caderno de extratos do *Tratado Teológico-Político*

Capítulo XIV. O que é a Fé etc.

[17] que separar a fé da filosofia foi o objetivo precípua de toda essa obra,
 [18] Dissemos [no capítulo anterior]⁸ que o intento da Escritura é simplesmente ensinar a obediência.

[19] Em seguida, o que cada um deve buscar para que obedeça a Deus.

[20] Em suma, é reconhecido por todos que a Escritura não foi escrita e divulgada para os peritos, mas para todos os homens de qualquer gênero e raça.

[21] [a fé]⁹ não é nenhuma outra coisa que atribuir a Deus características tais que, se ignoradas, é suprimida a obediência no tocante a Deus, e que, se posta esta obediência, são necessariamente atribuídas.

[22] Segue, enfim, que a fé não requer tanto dogmas de verdade, quanto dogmas de piedade, isto é, dogmas que levem o ânimo para a obediência. Ainda que entre estes existam numerosíssimos que não possuam nem sombra de verdade, contanto que aquele que os abraça ignore que são falsas.

[23] Com efeito, como também já advertimos, do mesmo modo que outrora a fé foi revelada e escrita conforme a compreensão e as opiniões dos profetas e do vulgo daquele tempo, assim também agora cada um teve que adaptá-la às suas opiniões, para que deste modo a fé seja abraçada sem alguma oposição da mente e sem alguma hesitação.

[24] Quanto ao que é Deus, ou aquele exemplo da verdadeira virtude: seja Ele, de fato, fogo, espírito, luz, pensamento, etc. isto não é nada para a fé.

[25] Resta agora, como demonstrarei finalmente, que entre a fé, ou a teologia, e a filosofia não existe nenhuma relação nem afinidade, quanto a isto quem conheceu o fundamento e escopo destas duas disciplinas não pode ignorar que divergem completamente. O escopo da filosofia não é nada mais que a verdade. Por outro lado, o objetivo da fé é apenas a obediência e a piedade. Em seguida, o fundamento da filosofia são as noções comuns, e devem ser procuradas unicamente por meio da natureza. Os fundamentos da fé, por outro lado, são a história e a língua; e devem ser procuradas só por meio da Escritura e da revelação.

8 Inserção de Marx.

9 Inserção de Marx.

Capítulo XV. Da Razão e da Teologia

[26] Não importa qual das duas opiniões sigamos, ou a razão ou a Escritura serão corrompidas.

[27] que um dos dois, este naturalmente sem razão, aquele de fato com razão, enlouquecerá.

[28] É que se a razão, embora proteste contra a Escritura, deve ser, todavia, submetida completamente, eu pergunto se devemos fazer isso *com a razão ou sem a razão*, como os cegos? Se sem a razão, *agimos* sem dúvida *estupidamente e sem discernimento*; se com aquela, *só por meio do domínio da razão* acolhemos a *Escritura* que, por conseguinte, se esta repugnasse a razão, não a acolheríamos. E *quem, eu pergunto, pode admitir alguma coisa mentalmente com a razão protestando? O que significa, com efeito, negar alguma coisa com a mente senão que a razão protesta?*

[29] Julgam ser piedoso não se fiar na razão e no próprio juízo, mas, ao contrário, julgam ímpio duvidar da fé deles, que nos transmitiram por meio dos livros sagrados; *o certo é que isso é uma mera estultícia, não piedade.*

[30] Reconheço, evidentemente, que os que julgam que a filosofia e a teologia se contradizem mutuamente [...] devem renunciar a esta ou àquela, não estão sem razão ao tentar estudar a teologia, estabelecer os seus fundamentos sólidos e demonstrá-la matematicamente. *Quem, com efeito, senão um desesperado e insano desejaria sem piedade renunciar à razão, ou desprezar as artes e as ciências e negar a certeza da razão? Mas não podemos desculpá-los absolutamente, visto que desejam chamar a razão em seu auxílio e ao mesmo tempo repeli-la; tentam também tornar incerto o que há de certo na razão.*

[31] Enquanto eles desejam expor a autoridade e a verdade da teologia por meio de demonstrações matemáticas e suprimir a autoridade à razão e à luz natural, não fazem nada mais que atrair a própria teologia para o domínio da razão, parecem supor que a autoridade da teologia não tem nenhum esplendor a não ser que seja iluminada pela luz natural da razão. E se, ao contrário, se vangloriam de repousarem inteiramente no testemunho interno do Espírito Santo e só convocar em auxílio a razão para convencer os infieis.

[32] Sobre a natureza e a certeza das coisas que são de pura especulação, *nenhum espírito dá testemunho a não ser a razão*, que somente [como já apresentamos]¹⁰ reivindicou para si o reino da verdade.

10 Omitido por Marx.

[33] para que eles não falem a não ser por causa do preconceito das paixões, ou diante de grande temor não sejam vencidos pelos filósofos e sejam expostos ao escárnio público, eles se refugiam nas coisas sagradas, *mas inutilmente, pois em qual altar pode encontrar refúgio quem ultraja a autoridade da razão?*

[34] *Todos podem obedecer absolutamente e são pouquíssimos [...]* que adquirem o hábito da virtude conduzidos só pela razão.

Capítulo XX. Da Liberdade de Pensar

[35] *se fosse fácil mandar nos ânimos da mesma maneira como nas línguas*, cada um reinaria em segurança e nenhum governo seria violento. Pois cada um viveria segundo a índole dos soberanos e só por meio dos seus decretos julgaria o que seria verdadeiro ou falso, bom ou mal, justo ou injusto. Mas isto, [como já escrevíamos no início do capítulo XVII]¹¹, não é possível, que a vontade de um homem esteja absolutamente sob a jurisdição de outro; pois ninguém *pode transferir* o seu direito natural *a outro*, ou seja, a sua faculdade de raciocinar livremente e de julgar sobre as coisas, *e ele não pode ser coagido a isto*.

[36] Se ninguém pode, desta maneira, renunciar à sua liberdade de julgar e de opinar o que quiser, mas *se cada um por magníssimo direito de natureza é senhor de seus pensamentos*, segue que jamais poderá ser tentado na república, a não ser com bastante infelicidade, que os homens, ainda que tenham opiniões diversas e contrárias, *nada falem senão aquilo que estiver de acordo com a prescrição do poder supremo*.

[37] *O fim do Estado é portanto a liberdade*.

[38] *Quem quer determinar todas as coisas por meio de leis antes incitará os vícios que os corrigirá*. O que não pode ser proibido deve ser permitido necessariamente, ainda que muitas vezes sigam daí danos. Quantos males originam-se, seguramente, a partir da luxúria, da inveja, da avareza, da embriaguez e outros similares? No entanto, estas coisas são toleradas, porque o domínio das leis não pode afastá-las, por mais que sejam realmente vícios; por isso a *liberdade de julgar, que é sem dúvida uma virtude, deve ser concedida* muito mais e nem pode ser oprimida. [Acrescente que a partir desta não se origina nenhum incômodo que não possa (como mostrarei logo) ser evitado pela autoridade do magistrado]¹², para que já não se diga que esta liberdade é necessária

11 Omitido por Marx.

12 Omitido por Marx.

principalmente para o desenvolvimento das ciências e das artes, pois estas só são cultivadas, com sucesso e fecundidade, por aqueles que tenham o juízo o mais livre e desimpedido.

[39] Mas se admitirmos que *esta liberdade possa ser aniquilada* e os homens, deste modo, ser reprimidos ao ponto que *nada se atrevam murmurar senão aquilo segundo a prescrição das autoridades supremas*; isto seguramente jamais acontecerá, que não pensem nada a não ser aquilo que as autoridades que-rem; *ter-se-ia seguido necessariamente*, entretanto, que os *homens cotidianamente pensassem uma coisa e dissessem outra*, que a boa-fé, necessária sobretudo no Estado, por consequência, seria corrompida, a *abominável adulação* e a *perfidia seriam favorecidas*, daí os ardis e a corrupção de todas as artes.

[40] Mas, na verdade, se está distante de que isso possa acontecer, que se determine previamente o que todos naturalmente dizem: mas, ao contrário, *quanto mais é tentado suprimir aos homens a liberdade de falar, com mais obstinação eles resistem*. Não, certamente, os avaros, os *bajuladores e os restantes de ânimos impotentes, cuja suprema saúde é contemplar as moedas no cofre e ter os ventres cheios*, mas aqueles a quem uma boa *educação, a integridade dos costumes e a virtude* produziram *mais liberdade*.

[41] segue que as leis a respeito das opiniões são redigidas, não aos *criminosos, mas dizem respeito aos homens livres*, nem foram redigidas para *reprimir os de índole má*, mas antes para *irritar os honrados*, e nem podem ser sustentadas sem grande preço para o Estado.

[42] Por outro lado, não apenas a razão, mas também a experiência ensina pelos exemplos cotidianos; com efeito, semelhantes leis, *as quais ordenam aquilo que cada um deve crer, e contra esta ou aquela opinião é proibido dizer ou escrever qualquer coisa*, foram frequentemente estabelecidas *para conceder*, ou antes, *para ceder à ira dos que não são capazes de suportar as naturezas livres*, e, em certa medida, *por causa de uma autoridade torpe, facilmente transformam em raiva a devoção da plebe sediciosa, que podem instigar da forma que quiserem*. Mas quanto seria preferível *conter a ira e a fúria do vulgo do que estatuir leis inúteis, que não podem ser violadas a não ser por aqueles que estimam as virtudes e as artes*, e também *reduzem o Estado a tal estreiteza que não se possa proteger os homens livres! Que coisa pior pode ser imaginada para o Estado que sejam mandados ao exílio homens honestos como ímprobos porque pensam de forma diversa e não sabem dissimular? Que coisa mais perniciosa*, digo, do que considerar como inimigos homens que não cometeram nenhum crime nem ação má fora o de possuir um *espírito livre*?

[43] para que a *fidelidade* seja, assim, avaliada, não a *bajulação*, que as autoridades supremas conservem muito bem o Estado, nem sejam coagidas a ceder aos sediciosos, *deve ser concedida necessariamente a liberdade de pensar*.

[44] *consta* mais claro que a luz meridiana *ser* antes os *cismáticos* que *condenam os escritos dos outros*, e *instigam sediciosamente o vulgo petulante contra os escritores*, que *esses próprios escritores*, que, a maior parte do tempo, escrevem tão somente aos doutos e só convocam *em auxílio a razão*, donde *ser* realmente os *perturbadores* quem quer num Estado livre *abolir a liberdade de pensar*, que, no entanto, *não pode ser destruída*.

[45] as boas artes e a fidelidade são corrompidas, os adutores e os perversos são favorecidos, triunfam os adversários, porque cedem à ira deles, sujeitando o Estado à sua doutrina, tornando-se discípulos da doutrina em que eles se consideravam intérpretes. A que ponto eles são levados? Que tenham a audácia de tentar lhes usurpar a autoridade e o direito, nem enrubeçam ao proferir *serem eleitos diretamente* por Deus e os seus *decretos* serem *divinos*, ao contrário das autoridades supremas que são *humanas*, e *por esta razão* deveriam *ceder aos decretos divinos*, que são os seus próprios.

Capítulo XIX. O Direito a Respeito das Coisas Sagradas

[46] Deus não possui nenhum domínio singular sobre os homens a não ser através dos que possuem a soberania.

[47] Com efeito, não importa *como* aquele culto tenha sido revelado [...] que ele seja para os homens uma lei soberana.

[48] *Segue que a saúde do povo é a lei suprema, à qual todas (as leis) tanto humanas quanto divinas devem ser adaptadas*.

[49] De fato, o que estes [os poderes soberanos]¹³ podem decidir, se para eles mesmos o direito [sobre as coisas sagradas]¹⁴ é denegado? *Certamente nada*, nem sobre as guerras, nem sobre a paz, nem sobre assunto algum; se são subjugados a esperar a *opinião de outrem* lhes diga se aquilo que porventura julgam é piedoso ou impiedoso. Mas antes todas as coisas, contrariamente, *serão executadas pelo decreto daquele* que tem o *poder* de julgar e decretar o que é piedoso ou impiedoso, legítimo ou ilegítimo.

13 Inserção de Marx.

14 Inserção de Marx.

Capítulo XVIII. Onde se Deduz alguns Princípios Políticos a partir da República Hebraica

[50] Onde *as opiniões, que cada um possa ter, são tidas [...] por crime, aí seguramente será governado violentissimamente*; onde isto acontece, *a ira enorme da plebe costuma reinar*.

[51] De fato, se quisessem transferir o seu direito para Deus, eles deveriam, do mesmo como fizeram os hebreus, fazer um pacto explícito com Ele, seria exigido não só a vontade de quem transfere o direito, mas também [a vontade]¹⁵ de Deus, para quem (esse direito) seria transferido. Por outro lado, Ele revelou por meio dos apóstolos que o pacto divino não seria mais escrito com tinta ou em pedra, mas no coração e no espírito de Deus.

Capítulo XVII. Da República dos Hebreus

[52] Com efeito, não é a razão de obedecer, mas a obediência que faz o súdito.

[53] *Ainda que o homem faça alguma coisa de acordo com a sua própria deliberação, não se deve concluir imediatamente que ele age segundo o seu direito próprio e não por direito do império.*

[54] Se quem fosse muito temido tivesse grandíssimamente o poder, *então teriam mais poder os súditos dos tiranos, que os temem muito.*

[55] *Instituir, deste modo, o Estado [...] para que todos, seja qual for a sua índole, prefiram o direito público aos interesses privados, aí é que está a dificuldade.* A urgência desta questão forçou, certamente, a imaginar muitas coisas, mas no entanto nunca foi possível alcançar a ideia de que o Estado não estivesse mais em perigo por causa dos cidadãos do que pelos inimigos, e que (os soberanos) não tivessem mais medo destes do que daqueles.

[56] Pois os reis, que outrora tinham usurpado o Estado, tentaram, para se sustentar em segurança, persuadir que as suas origens remontavam aos deuses imortais, porque, certamente, estimavam que se os súditos e todos os outros os considerassem não como iguais a eles, mas acreditassem ser deuses, assentiriam aos reis de bom grado e entregar-se-iam facilmente a eles.

[57] *Não há homens, a não ser que sejam inteiramente bárbaros, que permitam ser manifestamente enganados de tal forma que, de súditos, tornam-se escravos mutilados.* Ora, outros puderam mais facilmente persuadir que a majestade é sagrada e administra a terra no lugar de Deus, que a sua autoridade não é

15 Omitido por Marx.

constituída pelo sufrágio e consenso dos homens, que ela é conservada e defendida pela providência singular e pelo auxílio divino.

[58] Por isso, neste Estado o direito civil e o religioso, que, como demonstramos, consiste somente na obediência a Deus, eram uma única e mesma coisa. É evidente que os dogmas de religião não eram ensinamentos, mas leis e mandamentos; a piedade era considerada justiça, a impiedade, crime e injustiça. [...]. Todas estas coisas consistiam mais em opinião do que em fato.

[59] Com efeito, o que prometeram não seria, como antes, obedecer a todas as coisas ditas por Deus, mas o que Deus disse a Moisés.

[60] Pelo fato de que o povo crê que o monarca não comanda nada a não ser pelo próprio decreto revelado por Deus, (o povo) não está menos submetido, mas, ao contrário, está mais submetido a ele.

[61] Os que administram o Estado, ou os que o possuem, seja qual for a ação que cometam, esforcem-se para sempre imitar a aparência do direito e persuadir o povo de que agiram honestamente, o que conseguem facilmente quando *toda interpretação do direito depende somente deles*.

[62] Isto [ou seja, que o exército era formado por todos os cidadãos]¹⁶ foi um momento de grande importância. Pois é evidente que os príncipes só com um exército a soldo podem oprimir o povo.

[63] Desta exprobração cotidiana teve origem um ódio constante tal que nada mais firme poderia enraizar-se nos espíritos, dado ser um ódio que, nascido da máxima devoção ou piedade, era tido ele mesmo como pio, no que nada pode haver de maior ou mais tenaz.

[64] Sua vida [dos Hebreus]¹⁷ era um culto contínuo à obediência.

[65] Esta [a natureza]¹⁸ não cria nações, mas indivíduos, que na verdade não se distinguem em nações a não ser pela diversidade da língua, das leis e dos costumes herdados.

[66] De modo que as leis foram vistas não como leis, isto é, instrumentos da salvação do povo, mas como penas e súplicas.

[67] O direito divino ou da religião nasce de um pacto, sem o qual não existe nenhum (direito) a não ser o (direito) natural, por esta razão os hebreus não possuíam nenhuma piedade ordenada pela religião para com os povos que não estivessem presentes no pacto, mas apenas aos (seus) concidadãos.

16 Inserção de Marx.

17 Inserção de Marx.

18 Inserção de Marx.

Capítulo XVI. Dos Fundamentos da República

[68] Por *direito* e instituição da natureza *não* entendo outra coisa que *as regras da natureza de cada individuo*, segundo as quais concebemos cada um como naturalmente determinado para existir e agir de certo modo. Assim, por exemplo, os peixes são determinados por natureza a nadar, os maiores a comerem os menores, por isso que os peixes, por supremo direito natural, são os senhores da água e os maiores comem os menores.

[69] E como *a lei suprema da natureza* é que cada coisa *se esforce, tanto quanto* esteja em si, por *perseverar* em seu estado, não tendo nenhuma outra razão, mas apenas esta, segue-se *que cada individuo* tem supremo direito a isto, ou seja, a existir e agir conforme é determinado naturalmente.

[70] Desta maneira, o direito natural de cada homem não é determinado pela reta razão, mas pelo desejo e pela potência.

[71] veremos claramente que os homens para viver em segurança e muito bem deveriam unir-se necessariamente em um só, e, por conseguinte, ter feito com que o *direito que cada um por natureza possuía de todas as coisas fosse mantido coletivamente*, e não fossem mais determinados *pela força e pelo apetite de cada um, mas pelo poder e pela vontade de todos simultaneamente*.

[72] Disto concluímos que um pacto não pode ter nenhuma força a não ser pela razão de sua utilidade e que, esta abolida, também o pacto é suprimido e tornado sem valor.

[73] cada um transfere todo o poder que possui para a sociedade, que, deste modo, retém sozinha o sumo direito natural sobre todas as coisas, isto é, o poder supremo, ao qual cada um, ou por ânimo livre ou por temor do sumo suplício, será obrigado a obedecer. De fato, tal direito da sociedade é chamado democracia, que, por conseguinte, é definido como a união de todos os homens, que coletivamente têm o direito soberano sobre todas as coisas que estão em seu poder.

[74] este direito de ordenar seja o que for que queiram apenas compete às autoridades supremas enquanto possuam realmente o sumo poder: se o perderem, perdem também ao mesmo tempo o direito de ordenar todas as coisas e (este direito) recai sobre aquele ou aqueles que o conquistaram e o podem conservar.

[75] Mas talvez alguém pensará que tornamos por este motivo os sujeitos escravos, porque julgam ser escravos quem age por mandato e livre quem gere a sua natureza de acordo com a sua vontade [...] na realidade, é escravo no mais alto grau quem é, deste modo, arrastado por sua paixão e não pode ver nem fazer nada que não lhe seja útil; somente (é) livre aquele que vive

com a alma inteiramente conduzida pela razão. [...] Se o fim da ação não é a utilidade do próprio que age, mas (daquele) que ordena, então o que age é escravo e inútil para si: mas na república e no Estado onde a lei suprema é a salvação de todo o povo e não daquele que manda, quem em todas as coisas obedece à autoridade suprema não deve se considerar a si mesmo um escravo inútil, mas um súdito; por este motivo, a república absolutamente livre é aquela cujas leis são fundadas na reta razão, pois nela cada um pode ser livre quando queira, isto é, viver inteiramente segundo os ditames da razão. [...] [o Estado democrático]¹⁹ parece ser o que mais se aproxima da liberdade que a natureza concede a cada um.

[76] este contrato [entre duas cidades]²⁰ será válido enquanto subsistir seu fundamento, isto é, o motivo do perigo ou da utilidade [...] ainda que os diferentes Estados celebrem entre si acordos de mútua não-agressão, eles também buscam, tanto quanto possível, impedir-se uns aos outros de tornar-se excessivamente poderosos, e não tem fé na palavra empenhada pelo outro a não ser que percebam claramente o interesse e a vantagem para ambos os lados; e, aliás, eles temem a trapaça com razão; quem, com efeito, a não ser um estulto que ignora o direito das autoridades supremas, aquiescerá nos ditos e nas promessas de quem detém o poder supremo e o direito para fazer o que quiser, e para o qual a suprema lei deve ser a salvação e o interesse de seu Estado? E, se, por outro lado, estivermos atentos para a piedade e para a religião, melhor veremos que ninguém que detenha o poder pode sem crime cumprir as (suas) promessas quando (isto implica) a ruína do Estado; seja o que for que tenha prometido que se perceba em dano de seu Estado isto ele não pode cumprir, a não ser rompendo com os súditos o compromisso assumido, ao qual estão obrigados no mais alto grau, pelo qual costumam fazer neste sentido os mais sagrados juramentos.

[77] O estado natural não deve ser confundido de modo nenhum com o estado religioso, mas deve ser concebido sem religião e sem lei, por conseguinte, sem pecado e sem injúria.

[78] Ninguém seria obrigado [pela justiça da cidade]²¹ àquilo que julgasse decretado contrário a sua fé e sua superstição, e, por outro lado, cada um com este pretexto se arrogaria a licença para tudo que se permitir.

19 Inserção de Marx.

20 Inserção de Marx.

21 Inserção de Marx.

Capítulo VII. Da interpretação da Escritura

[79] Deste modo, a regra universal para interpretar a Escritura é nada atribuir a esta como doutrina que não tenhamos, pelo exame mais exigente, extraído de sua própria história.

[80] Quando se busca o sentido da Escritura, deve-se ter o cuidado especial de não se deixar levar por nosso raciocínio, na medida em que este se assenta nos princípios do conhecimento natural (para não falar de nossos preconceitos), evitando assim que se confunda a verdade das coisas com o sentido verdadeiro de uma passagem, que deve ser investigado unicamente pelo modo como emprega a linguagem ou por um raciocínio que não aceita outro fundamento que não a Escritura.

Capítulo VIII. Da Origem do Pentateuco

[81] No capítulo precedente tratamos dos fundamentos e dos princípios do conhecimento da Escritura, demonstramos que ela não é nenhuma outra coisa *do que esta história pura*.

[82] Abem Esdra [...] foi o primeiro de todos, dos que eu li, que notou este preconceito [de Moisés ser o autor do Pentateuco]²².

[83] Se prestarmos atenção agora para a conexão e ligação entre todos estes livros, facilmente deduziremos que foram escritos por um só e mesmo historiador, que quis escrever os costumes antigos dos judeus desde a origem de sua raça até a primeira devastação da urbe. Estes livros, de fato, estão naturalmente unidos de modo que possamos a partir disto discernir que contêm apenas uma narração de um só historiador.

[84] Quem foi esse historiador, não posso, deste modo, demonstrar evidentemente, entretanto, suspeito que foi o *próprio Esdra*.

[85] [Se, digo,]²³ tivéssemos o próprio livro escrito por Moisés, não duvidado que encontraríamos, tanto nas palavras como na ordem e na argumentação dos preceitos, uma grande discrepância.

[86] Por acaso [...] nomeou [os seus]²⁴ cinco primeiros livros com o nome de Moisés, porque neles precipuamente está contida a sua vida e tomou o

22 Inserção de Marx.

23 Omitido por Marx.

24 Omitido por Marx.

nome de seu tema principal. Por este mesmo motivo, chamou o sexto pelo nome de *Josué*, o sétimo dos *Juízes*, o oitavo de *Rute*, o nono e por ventura também o décimo de Samuel e, finalmente, o décimo primeiro e o décimo segundo dos *Reis*.

Capítulo XI. De Esdra e Notas Marginais

[87] [A principal é que] Esdra não impôs uma redação final às narrativas contidas nestes livros, nem fez outra coisa do que coligir as histórias de diversos escritores e às vezes simplesmente as transcreveu, deixando-as para a posteridade sem examiná-las ou ordená-las.

[88] De tudo isso conclui-se claramente que nem estas narrativas contêm uma cronologia correta, nem estão de acordo sobre uma cronologia só, mas antes supõem cálculos bastante distintos.

[89] Desta maneira, inventam muitas outras coisas, que se fossem verdadeiras, dir-se-ia que os antigos hebreus ignoravam absolutamente não só a própria língua, mas também a arte de compor uma narrativa ordenada, e não haveria nenhuma regra ou método de interpretação da Escritura, mas cada um poderia inventar o que quisesse.

[90] Mas muito não admitem que o texto possua algum defeito sequer na marginália, ao contrário, julgam que Deus, por uma Providência singular, preservou intacta toda a Bíblia, dizem, por outro lado, que as diversas leituras são sinais de profundíssimos mistérios [...] [...] [e] nos próprios acentos das palavras [sustentam]²⁵ estarem contidos grandes arcanos. Dizem isto de modo são ou por estultícia e devoção senil ou por arrogância e malícia, porque creem que só eles têm acesso aos arcanos de Deus, não sei responder; eu sei ao menos isto: que jamais li (em seus escritos) algo que tenha a aparência de misterioso, mas tão somente imaginações pueris.

[91] Quanto às notas marginais que se encontram em desordem nos códices hebreus, ninguém certamente pode duvidar que *foram textos dúbios*, se se pensa que a maior parte deles tenham sido originados por causa da grande similitude entre as letras hebraicas.

[92] Qual motivo impeliu os escribas a anotar na margem certas coisas que deveriam ser lidas de um modo expressivo? Isto irei expor imediatamente. Na verdade, nem todas as notas marginais são leituras duvidosas, estas

25 Omitido por Marx.

anotação também foram feitas para substituir as que eram de uso remoto, certamente as *palavras obsoletas* e as que os *costumes* estimados daquele tempo *não permitiam* que fossem lidas *em público*.

[93] Por que razão jamais foram encontradas em número maior que as duas versões para a mesma passagem? Por que não algumas vezes três ou mais? [...] Eu respondo que já existiram mais versões que as que encontramos anotadas em nossos códices.

[94] No que se refere [à segunda objeção]²⁶ sobre certas passagens serem encontradas tão mal escritas, que de nenhum modo se possa duvidar que elas fossem incompatíveis com as regras linguísticas de todos os tempos, de tal forma que deveriam ter sido corrigidas em definitivo em vez de serem feitas anotações às margens, este argumento não me convence, nem creio ser preciso discernir qual escrúpulo religioso impeliu (os copistas) a assim procederem.

Capítulo X. Dos outros Livros do Antigo Testamento

[95] Sobre os dois livros de Paralipôneos não tenho nada a dizer [...] a não ser que foram escritos muito tempo depois de Esdra e talvez depois da reconstrução do templo por Judas Macabeu.

[96] Os Salmos foram recolhidos e também reunidos em cinco livros no segundo templo.

[97] Creio que os provérbios de Salomão foram recolhidos também na mesma época ou no mínimo no tempo do rei Josias.

[98] Por isso estes livros [dos Profetas]²⁷ não são senão fragmentos dos Profetas.

[99] Mas Aben Esdra [...], em seus comentários sobre este livro [de Jó]²⁸, afirma que este foi traduzido para o hebraico de outra língua; quanto a isso eu desejaria certamente que ele nos demonstrasse de modo mais claro, porque de fato poderíamos concluir que os gentios também tiveram livros sagrados.

[100] Conjecturo [no entanto]²⁹ que Jó foi um homem gentio com espírito perseverante.

26 Omitido por Marx.

27 Inserção de Marx.

28 Inserção de Marx.

29 Omitido por Marx.

[101] Passo ao livro de Daniel; este sem dúvida contém no capítulo 8 escritos do próprio Daniel. Ignoro, no entanto, de onde terão sido copiados os sete primeiros capítulos.

[102] Afirmamos, por conseguinte, que estes quatro livros, Daniel, Esdra, Ester e Neemias, são escritos certamente pelo mesmo historiador, mas quem terá sido esse autor, eu não saberia sequer de suspeitar. Entretanto, para que saibamos onde (esse autor), fosse quem quer que seja, tomou conhecimento destas histórias e de onde transcreveu a maior parte destas, deve ser notado que os prefeitos ou os príncipes dos judeus no segundo templo, como os seus reis no primeiro (templo), tiveram escribas ou historiadores que escreviam os anais e a cronologia dos acontecimentos.

Capítulo XI. Da Autoridade dos Apóstolos nas Epístolas

[103] Com efeito, quem quer que seja que queira confirmar os seus dogmas pela razão submete-os ao julgamento de cada um.

[104] Assim, tanto do seu modo de falar, quanto das discordâncias entre os apóstolos, quanto do fato de que, ao irem a outras partes pregar, a Escritura não diz, como dizia dos antigos profetas, que o faziam por mandato divino, deve-se concluir que eles pregavam não como profetas, mas como doutores.

[105] Em seguida, se percorrermos as próprias Epístolas com alguma atenção, veremos que os Apóstolos estão de acordo em relação à própria religião, no entanto, discrepavam grandemente sobre os seus fundamentos.

[106] Ensinaram a religião despojada das especulações filosóficas. Ora, certamente seria mais feliz a nossa época se a víssemos também livre de toda superstição.

Capítulo XII. Da Sagrada Escritura e da Palavra Divina

[107] É chamado de sagrado e divino aquilo que foi destinado ao exercício da piedade e da religião, e tanto mais será sagrada, quanto mais os homens a utilizarem religiosamente. Se eles deixarem de ser piedosos, a escritura também deixará, no mesmo momento, de ser sagrada.

[108] Por isso segue que nada fora da mente é absolutamente sagrado, profano ou impuro, mas o é apenas em relação à própria mente.

[109] A Escritura, por conseguinte, é chamada palavra de Deus por estes três motivos: primeiro, porque ensina a verdadeira religião, cujo autor é o Deus eterno; em seguida, porque expõe as predições das coisas futuras como decretos de Deus; e, finalmente, porque aqueles que foram seus autores reais ensinaram, na maioria das vezes, não por meio da luz natural comum, mas por uma certa luz que lhes era peculiar e representaram a Deus como aquele que falava por eles.

Capítulo XIII. A Escritura só Ensina Coisas muito simples

[110] Ninguém pode ser sábio por decreto, do mesmo modo como não se pode viver e existir por obediência a uma ordem.

[111] Sabemos que o objetivo da Escritura não foi ensinar as ciências: daí podemos concluir facilmente que Ela não exige nada dos homens exceto a obediência e só condena a insubmissão, não a ignorância.

Capítulo I. Da Profecia

[112] *Profecia* ou revelação é o *conhecimento* certo de alguma coisa revelada por *Deus aos homens*. O profeta é aquele que interpreta as revelações de Deus para aqueles que não são capazes de ter um conhecimento certo das coisas por Ele reveladas, e só pela *simples fé* podem acolhê-las.

[113] Mas a respeito da certeza que o conhecimento natural envolve e da fonte que ele deriva (Deus, evidentemente), de nenhum modo ele é inferior ao conhecimento profético. A não ser que alguém queira por acaso pensar, ou melhor, sonhar que os profetas tinham, certamente, um corpo humano, mas não tinham, com toda certeza, uma mente humana, a tal ponto que as suas sensações e a sua consciência fossem inteiramente diferentes das nossas.

[114] Como nossa mente, pelo fato apenas de conter em si a natureza objetiva de Deus e dela participar, tem a potência de formar algumas noções que explicam a natureza e nos ensinam a viver, podemos dizer que a causa primeira da revelação divina é a natureza da mente, concebida deste modo: tudo que conhecemos de maneira clara e distinta nos é ditado pela ideia de Deus e por nossa natureza [...] não por palavras, mas de um modo ainda mais excelente e que convém muito bem com a natureza da mente, como certamente sabe todo aquele que já experimentou em si a certeza intelectual.

[115] Os judeus nunca fazem menção nem tratam das causas intermédias ou das particulares, [...] recorrem sempre a Deus [...]. Por conseguinte, não deve ser visto como profecia e conhecimento natural tudo o que a Escritura afirma que Deus disse para alguém, mas apenas onde o escrito afirma claramente, ou onde pela circunstância da narração conclui-se que foi uma revelação ou profecia.

[116] Tudo o que Deus revelou para os profetas foi revelado ou por palavras ou por figuras, ou de ambas as maneiras. Ou as palavras e também as figuras foram, com toda certeza, verdadeiras fora da imaginação do profeta que as ouve ou que as vê; ou foram imaginárias, porque certamente a imaginação dos profetas, mesmo em estado de *vigília*, é disposta que para si pareceria claramente que ouviu as palavras ou que viu alguma coisa.

[117] *Só esta, por meio da qual foi proferida a lei [de Moisés]³⁰, foi a voz verdadeira [de Deus]³¹, como demonstraremos em seguida.*

[118] Não parece muito racional estatuir que uma coisa criada, que depende de Deus do mesmo modo que as outras restantes, pudesse explicar por si mesmo a essência ou existência de Deus ou exprimir as suas palavras [...], mas eles não conheceram de Deus nada antes a não ser o nome e desejavam lhe falar para ter certeza de sua existência; não vejo de que maneira a pretensão deles fosse satisfeita por uma criatura [...] que dissesse, eu sou Deus. Se Deus forçasse os lábios de Moisés, até de um animal qualquer, para pronunciar as mesmas palavras e para dizer eu sou Deus, será possível compreender a existência de Deus a partir daí?

[119] Por isso não deve haver dúvida que os outros profetas não ouviram uma voz verdadeira, conforme é mostrado por Deuteronômio, 34:10, onde é dito: não houve alguma vez [...] em Israel nenhum profeta como Moisés, que conheceu Deus face a face; mas conheceu só pela voz, pois nem mesmo Moisés vira alguma vez a face de Deus (Êxodo, 33).

[120] Ainda que compreendamos claramente que Deus possa se comunicar imediatamente com os homens, pois comunica a sua essência à nossa mente sem recorrer a nenhum meio corporal, para que um homem perceba só pela mente algumas coisas que não estão contidas nos fundamentos de nosso conhecimento, e nem por meio deles podem ser deduzidas, a sua mente deveria ser necessariamente mais superior e de longe mais excelente que a humana. Não creio, por isso, que alguém chegue a atingir tão grande

30 Inserção de Marx.

31 Inserção de Marx.

perfeição sobre os outros a não ser Cristo, para o qual os preceitos de Deus, que conduzem os homens para a salvação, foram revelados imediatamente sem palavras ou visões. Deus manifestou-se, então, aos apóstolos pela mente de Cristo, como outrora a Moisés por meio de uma voz no ar. Por esta razão, a voz de Cristo, do mesmo modo que aquela que Moisés ouvia, pode ser chamada a voz de Deus. Neste sentido, podemos afirmar também que a Sabedoria de Deus, isto é, a sabedoria que excede a sabedoria humana, assumiu em Cristo a natureza humana, e Cristo foi o caminho da salvação.

[121] De modo que se Moisés falava com Deus face a face, como um homem está acostumado a falar com seu colega, Cristo comunicou-se de mente para mente com Deus.

[122] Para profetizar não é necessário ter uma mente mais viva, mas uma imaginação mais viva.

[123] Visto que a obra insólita da natureza é chamada obra de Deus e as árvores de grandeza excepcional são chamadas de árvores de Deus, devemos nos admirar muito pouco que no Gênesis sejam chamados filhos de Deus os homens muito fortes e de grande estatura, ainda que ímpios e ladrões.

[124] Que [os hebreus]³² se gabavam de ser superiores a todos, ou melhor, costumavam desprezar a *todos*, e, *consequentemente*, desprezavam a *ciência comum aos homens*.

[125] No entanto, segundo quais leis da natureza estas (revelações) foram causadas, confesso que eu as ignoro.

[126] É certo que não compreendemos a potência de Deus enquanto ignoramos as causas naturais, é, portanto, uma tolice recorrer à potência de Deus quando ignoramos a causa natural de alguma coisa, isto é, a própria potência de Deus. Realmente, não é preciso saber a causa do conhecimento profético, pois, como já adverti, tentamos analisar apenas os ensinamentos da Escritura, para deles extrair, como dados naturais, nossas conclusões. No entanto, não tratamos das causas destes ensinamentos.

[127] Uma vez que os profetas perceberam pela imaginação as revelações de Deus, não há dúvida que eles poderiam ter percebido muitas coisas que excedem os limites do entendimento; pois com palavras e imagens podem ser compostas, de longe, mais ideias do que só com os princípios e as noções pelas quais é edificado todo o nosso conhecimento natural.

32 Inserção de Marx.

[128] É evidente porque os profetas perceberam e ensinaram quase tudo com parábolas e enigmas e exprimiam corporalmente todas as coisas espirituais: todas estas coisas convinham melhor com a natureza da imaginação.

[129] Enfim, porque a imaginação é vaga e inconstante, a profecia, por esta razão, não permanece por muito tempo fixa no profeta, além disso, não era frequente, mas bastante rara, concedida a muito poucos homens, e mesmo a estes, muito raramente. Visto que isto é assim, devemos investigar agora de que lugar pôde originar-se a *certeza dos profetas* (a respeito das coisas) que apenas percebiam pela imaginação e não pelos princípios certos da mente.

Capítulo II. Dos Profetas

[130] os que têm a imaginação muito poderosa são os menos aptos a compreender as coisas de modo puro, e contrariamente, os que têm o intelecto mais poderoso e o cultivam absolutamente, possuem uma potência para imaginar mais moderada e a dominam melhor, como se a refreassem para que não se misture com o intelecto.

[131] *E que tormento!* A tal ponto chegaram as coisas que aqueles que confessam abertamente não possuir a ideia de Deus e conhecê-lo unicamente através das coisas criadas (de que ignoram as causas) não se envergonham de acusar os filósofos de ateísmo.

[132] Dado que a simples imaginação não envolve por sua própria natureza, como em toda ideia clara e distinta, uma certeza, para que possamos estar certos das coisas que imaginamos deve-se necessariamente acrescentar alguma coisa, naturalmente, o raciocínio: disto se segue que a profecia por si mesma não pode envolver uma certeza porque [...] depende unicamente da imaginação; por este motivo, os profetas não tinham certeza da revelação divina pela revelação em si, mas por meio de algum sinal, como é evidente no caso de Abraão (Gênese, 20: 8), que, tendo ouvido a promessa divina, rogou por um sinal; mas ele acreditava em Deus, e pediu o sinal não para ter fé em Deus, mas para certificar-se que a promessa viera Dele.

[133] Isto demonstra que os profetas sempre tinham algum sinal pelo qual se tornavam certos das coisas que imaginavam profeticamente. Moisés, por esta razão, adverte-os (Deuteronômio, 18, último versículo) que exijam do profeta um sinal, ou seja, (a predição) de algum acontecimento futuro. Portanto, a *profecia é inferior ao conhecimento natural*, que não necessita de *nenhum sinal*, mas *por sua própria natureza envolve uma certeza*. Com efeito, essa

certeza profética *não era, certamente, matemática*, mas *apenas moral*, como consta também da própria escritura; assim, Moisés, no capítulo XIV³³ de Deuteronômio, chama a atenção para algum profeta que queira ensinar novos deuses, devendo este ser condenado à morte, ainda que confirme a sua doutrina com sinais e milagres pois, como escreve Moisés, Deus também faz sinais e milagres para tentar o povo, como consta em Mateus, 24:24.

[134] Deus nunca engana os piedosos e os eleitos, mas [...] se serve dos piedosos como instrumento de sua piedade.

[135] Ninguém pode justificar-se perante Deus nem vangloriar-se de ser o instrumento da piedade divina, como ensina a própria Escritura.

[136] sinais [...] eram produzidos para persuadir os profetas, de onde conclui-se que os sinais eram adaptados às opiniões e às capacidades dos profetas; de tal modo que o sinal que oferecia a um profeta a certeza de sua profecia podia convencer muito pouco a um outro que estivesse imbuído de opiniões distintas; por esta razão, os sinais variavam em cada profeta. A própria revelação, desta maneira, variava em cada profeta segundo a disposição de seu temperamento, de sua imaginação e segundo as opiniões que foram anteriormente acolhidas.

[137] se tudo fosse avaliado bem, facilmente demonstrar-se-ia que Deus não tem estilo peculiar algum ao falar.

[138] Disto resulta, mais do que evidente, aquilo que propúnhamos demonstrar; Deus, naturalmente, adaptou as revelações à inteligência e às opiniões dos profetas, que estes podiam ignorar e ignoravam realmente coisas puramente especulativas, as quais não tinham relação com a claridade e com a vida prática, além de terem opiniões contrárias.

Capítulo III. Do Dom Profético dos Hebreus

[139] Por governo de Deus compreendo a ordem fixa e imutável da natureza, ou seja, o encadeamento das coisas naturais.

[140] Como a potência de todas as coisas da natureza não é outra coisa a não ser a própria potência de Deus, pela qual tudo é produzido e determinado; conclui-se que tudo aquilo que o homem, que é também parte da natureza, obtém em seu auxílio para a conservação de seu ser e tudo o que a natureza lhe oferece sem que ele realize um trabalho, tudo isto lhe é oferecido

33 Marx escreve capítulo XIV quando deveria ter escrito capítulo XIII.

unicamente pela potência divina, enquanto ela atue ou pela natureza humana ou por coisas fora desta. Desta maneira, podemos chamar, com razão, tudo o que a natureza humana pode fazer por meio de sua potência para conservar o seu ser de auxílio interno de Deus; e tudo aquilo que acontece de útil para o homem, produzido pela potência de causas externas, denomino de auxílio externo de Deus.

[141] Como ninguém faz nada a não ser que esteja predeterminado pela ordem da natureza, isto é, pelo decreto e governo eterno de Deus, segue-se que ninguém escolhe para si alguma maneira de viver, nem faz algo a não ser por uma vocação singular de Deus, que escolhe tal pessoa em detrimento de outra para tal obra ou para viver de alguma forma. Finalmente, por fortuna entendendo o governo de Deus enquanto dirige as coisas humanas por causas externas e inesperadas.

[142] as nações se distinguem uma das outras pelo *tipo de sociedade e leis* sob as quais vivem e são governadas; desta forma, a nação hebraica foi escolhida por Deus entre as outras não por sua inteligência ou por serenidade de alma, mas pela forma de sociedade e pela fortuna que lhe permitiu conquistar um Estado e lhe conservou por muitos anos.

[143] não vemos que Deus tenha prometido outra coisa aos patriarcas e aos seus sucessores; longe disso, na lei nada é prometido (em troca de) obediência a não ser a prosperidade contínua do Estado e os outros bens desta vida e, contra a desobediência e a quebra do pacto, ameaça-se com a ruína do Estado e com as maiores desgraças.

[144] Uma vez que Deus os escolheu para construir apenas um Estado e uma sociedade particular, eles também deviam ter leis particulares.

[145] É indubitável que todas as nações tiveram profetas, e que o dom da profecia não foi peculiar aos judeus.

[146] [Enfim]³⁴ Jeremias não é chamado de profeta apenas pelo povo hebreu, mas por todas as nações.

[147] que ele [Balaão]³⁵ recebia dinheiro para profetizar, o mesmo que fazia Samuel. (Samuel, 9, 2-8)³⁶.

[148] Todos foram, judeus e gentios, igualmente pecadores, mas não havia pecado sem mandamento e lei.

34 Omitido por Marx.

35 Inserção de Marx.

36 Marx escreve ver. 2-8, na edição de Gebhardt consta ver. 7-8.

[149] Ora, que o ódio das outras nações conservou-os [os judeus]³⁷ imensamente, isso a experiência ensinou.

[150] O sinal da circuncisão me parece ser tão importante que eu estou convencido que só este é suficiente para conservar a nação judaica.

[151] É apenas assim [pelo Estado e pela forma de cada sociedade]³⁸ que é possível distinguir uma nação da outra; mas nenhuma distinção entre nações existe quanto ao intelecto e a verdadeira virtude, e Deus favorece a todas igualmente.

Capítulo IV. Da Lei Divina

[152] A palavra lei tomada em sentido absoluto significa aquilo que faz um indivíduo, ou todos, ou alguns da mesma espécie, agir de uma certa e determinada maneira. Esta lei depende ou da necessidade natural ou da decisão do homem.

[153] Porque o homem, enquanto é parte da natureza, constitui uma parte da potência desta: tudo o que segue pela necessidade da natureza humana, isto é, da própria natureza, na medida em que a concebemos determinada pela natureza humana, resulta, ainda que necessariamente, da potência humana; por isso se pode dizer muito bem que o estabelecimento dessas leis depende da decisão dos homens, porque ela depende da potência da mente humana, visto que esta, enquanto percebe as coisas como verdadeiras ou falsas, pode ser concebida muito claramente sem estas leis, mas não sem uma lei necessária, como ainda há pouco a definimos.

[154] *para a prática da vida é melhor considerar as coisas como possíveis.*

[155] A lei [...] uma regra de viver que o homem prescreve para si ou para os outros em vista de algum fim.

[156] Aquele que [...] age por [sua vontade]³⁹ própria e não por decisão de outro; [...] é com razão chamado justo.

[157] Parece que a lei deve ser distinguida em humana e divina [...]; por divina [eu compreendo]⁴⁰ aquela que diz respeito somente ao sumo bem, isto é, ao verdadeiro conhecimento e amor de Deus.

37 Inserção de Marx.

38 Inserção de Marx.

39 Omitido por Marx.

40 Inserção de Marx.

[158] Na sua perfeição [do intelecto]⁴¹ deve consistir o nosso sumo bem.

[159] Segue que o nosso sumo bem e perfeição dependem [do conhecimento]⁴² de Deus.

[160] [O nosso sumo bem]⁴³ não depende apenas do conhecimento de Deus, mas consiste inteiramente nele.

[161] Quanto a isso se pode concluir também que o homem é mais perfeito conforme a perfeição e a natureza da coisa que ele ama e vice-versa; assim, o mais perfeito e o que mais participa completamente da suma beatitude é necessariamente aquele que ama acima de tudo o conhecimento intelectual de Deus, isto é, do ser perfeitíssimo, que o atrai mais do que todas as outras coisas.

[162] Portanto, a lei suprema de Deus está neste preceito supremo: amar a Deus como o sumo bem.

[163] A vontade e o entendimento de Deus são em si uma única e mesma coisa; não se distinguem a não ser pelas ideias que formamos a respeito do entendimento de Deus.

[164] Donde se segue que a afirmação e negação de Deus sempre envolve uma necessidade, ou seja, uma verdade eterna.

[165] Foi por falta de conhecimento que, para os hebreus, o Decálogo foi tomado apenas como lei.

[166] Daí que imaginassem Deus como um chefe, um legislador, um rei, misericordioso, justo, etc. quando, todavia, tudo isto são atributos da natureza humana.

[167] A respeito de Cristo [...] deve ser pensado [...] que ele percebeu verdadeiramente e adequadamente as coisas. Cristo, de fato, não foi tanto um profeta, quanto a própria boca de Deus.

[168] Uma coisa é, de fato, entendida quando é percebida puramente pela própria mente sem palavras e imagens. Nestas circunstâncias, Cristo percebeu verdadeiramente e de modo adequado as coisas reveladas.

41 Inserção de Marx.

42 Omitido por Marx.

43 Omitido por Marx.

Capítulo V. Das Cerimônias e da Fé nas Narrativas Históricas

[169] O objetivo, portanto, das cerimônias foi que os homens não fizessem nada de acordo com a sua própria deliberação, mas segundo a ordem dos outros e que reconhecessem, em todas as ações e reflexões, que não eram donos de si mesmos, mas estavam completamente sob o domínio de outrem. De tudo isto resulta com clareza que as cerimônias não são úteis para a beatitude e que aquelas do Antigo Testamento, como toda a lei de Moisés, visavam ao Estado dos hebreus e por consequência aos interesses materiais.

[170] A fé nas narrativas históricas [...] não tem relação com a lei divina.

[171] *Não estou disposto a refutar aqui a opinião daqueles que estabelecem que a luz natural não pode ensinar nada de bom para a verdadeira salvação. Quem a si mesmo não concede nenhuma razão sólida não pode provar também com a razão alguma questão; se eles se gabam de possuir algo superior à razão, isso é mera ficção e de longe inferior à razão, como mostra muito bem o seu modo habitual de viver.*